

2019

Notas Explicativas

Demonstrações Contábeis

2019



Sumário

Lista de Tabelas	3
Apresentação	4
Demonstrações Contábeis.....	5
Balanço Patrimonial	5
Demonstração das Variações Patrimoniais.....	6
Balanço Orçamentário	7
Anexos - Execução de Restos a Pagar.....	8
Balanço Financeiro	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Notas Explicativas	12
1 – Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis.....	12
2 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	12
3 – Caixa e Equivalente de Caixa	16
4 – Créditos a Curto Prazo.....	16
5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	16
6 – Estoques.....	17
7 – Créditos a Longo Prazo.....	17
8 – Imobilizado.....	19
9 – Intangível	20
10 – Ajustes de Exercícios Anteriores.....	21
11 – Variações Patrimoniais Aumentativas	21
12 – Resultado Patrimonial	21
13 – Receitas Correntes	26
14 – Receitas de Capital.....	26
15 – Despesas de Capital	26
16 – Resultado Orçamentário	26
17 – Resultado Financeiro	28
18 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	29

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....	16
Tabela 2 – Créditos a Curto Prazo.....	16
Tabela 3 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	17
Tabela 4 – Intangível	20
Tabela 5 – Ajustes de Exercícios Anteriores.....	21
Tabela 6 – Exploração de Bens, Direitos e Prest. Serviços	21
Tabela 7 – Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais.....	26
Tabela 8 – Amortização de Empréstimos.....	26
Tabela 9 – Despesas de Capital	26
Tabela 10 – Receitas Realizadas.....	28
Tabela 11 – Despesas Empenhadas	28

Apresentação

As Demonstrações Contábeis da SUSEP são compostas pelos Balanços Patrimonial, Balanço e Financeiro, e pelas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), bem como pelas respectivas Notas Explicativas.

Assim, no exercício de 2019, as receitas orçamentárias arrecadadas da Autarquia perfizeram o montante de R\$196,1 milhões, o que representa uma realização de 99,61% do total previsto para o exercício. No que tange às despesas orçamentárias, o percentual das despesas empenhadas, em relação à dotação atualizada do orçamento, atingiu 92,06%. Cabe ressaltar que os valores arrecadados com Taxa de Fiscalização registrados no SIAFI sofreram um abatimento de 30%, referente a Emenda Constitucional 93/2016 que trata da desvinculação de Receitas da União, sendo que na verdade o total arrecadado em 2019 correspondeu a R\$ 263,3 milhões de reais.

O resultado patrimonial apurado no exercício de 2019 foi deficitário em R\$18,9 milhões, apresentando variação de -120,74% em relação ao mesmo período do ano anterior, no qual o resultado foi superavitário no valor de R\$91,1 milhões. Esta variação ocorreu principalmente devido à adoção de um novo critério para o envio das informações de Créditos a Receber Decorrentes de Multas Administrativas registradas na contabilidade.

O patrimônio líquido apurado somou R\$457,6 milhões. Em comparação com o valor do exercício anterior encerrado, que foi de R\$476,3 milhões, registrou-se uma queda de 3,92%. Esta variação ocorreu com a apuração do déficit em R\$18,8 milhões no período em análise.

O resultado financeiro apresentou superávit de R\$4,2 milhões. No mesmo período do exercício anterior, o resultado havia sido de R\$32,6 milhões, uma redução de 87%. Esta variação negativa foi resultado da mudança na gestão de pagamentos pela Secretaria do Tesouro Nacional, que determinou que, a partir de 2019, toda ordem bancária gerada deve ser emitida e paga no primeiro dia útil posterior. Por consequência disto, a folha de pagamento pessoal de dezembro de 2018 foi gerada naquele ano, mas efetivamente paga em 2019, gerando essa variação financeira com impacto no exercício atual. A seguir são apresentadas as Demonstrações Contábeis, incluindo as respectivas Notas Explicativas.

**Demonstrações Contábeis****Balanco Patrimonial**

ATIVO	NE	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE		422.318.325,22	460.431.814,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	03	388.059.836,25	383.816.807,76
Créditos a Curto Prazo	04	978.126,04	1.376.712,45
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	05	33.235.570,41	75.054.554,52
Estoques		32.897,15	176.453,31
VPDs Pagas Antecipadamente		11.895,37	7.285,96
ATIVO NÃO CIRCULANTE		62.587.867,63	32.138.526,01
Ativo Realizável a Longo Prazo		4.740.755,79	7.546.046,90
Créditos a Longo Prazo	06	4.668.752,78	7.474.043,89
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		79.774.031,95	77.051.651,94
Dívida Ativa Tributária		11.803.891,81	11.578.344,78
Dívida Ativa Não Tributária		1.574.436.996,58	1.547.707.299,86
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo		-1.661.346.167,56	-1.628.863.252,69
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		72.003,01	72.003,01
Investimentos		-	-
Imobilizado	07	53.915.168,45	21.667.820,36
Bens Móveis		8.795.726,36	9.286.087,59
Bens Imóveis		45.119.442,09	12.381.732,77
Intangível		3.931.943,39	2.924.658,75
Softwares	08	3.931.517,39	2.924.658,75
Diferido		-	-
TOTAL DO ATIVO		484.906.192,85	492.570.340,01
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		27.297.015,70	16.239.625,56
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		25.795.803,09	14.749.527,19
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	09	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	10	-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	11	1.501.212,61	1.490.098,37
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		27.297.015,70	16.239.625,56
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Resultados Acumulados		457.609.177,15	476.330.714,45
Resultado do Exercício	12	-18.894.127,84	91.121.125,09
Resultados de Exercícios Anteriores		476.330.714,45	385.363.716,20
Ajustes de Exercícios Anteriores	16	172.590,54	-154.126,84
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		457.609.177,15	476.330.714,45
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		484.906.192,85	492.570.340,01

Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	NE	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		498.284.271,05	585.912.915,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		223.317.971,16	218.066.298,12
Impostos		1.988,48	2411,69
Taxas		223.315.982,68	218.063.886,43
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		790.174,81	2.171.674,16
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		790.174,81	2.171.674,16
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		33.862.511,49	36.527.715,81
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		2.883.588,53	4.430.809,47
Juros e Encargos de Mora		1.519,07	225.649,70
Variações Monetárias e Cambiais		-	12.088,30
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		30.962.839,94	31.846.979,64
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		14.563,95	12.188,70
Transferências e Delegações Recebidas		212.879.757,38	215.936.078,38
Transferências Intragovernamentais		210.846.950,50	213.935.800,29
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2032806,88	2.000.278,09
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		34.287.949,45	9.922,91
Reavaliação de Ativos	07	33.792.871,38	2.259,59
Ganhos com Desincorporação de Passivos		495.078,07	7663,32
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-6.854.093,24	113.201.226,56
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-6.854.093,24	113.201.226,56
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		517.178.398,89	494.791.790,85
Pessoal e Encargos		142.817.606,03	131.588.172,23
Remuneração a Pessoal		119.671.281,69	108.512.022,38
Encargos Patronais		18.641.365,46	18.742.301,75
Benefícios a Pessoal		3.552.898,19	3.542.828,53
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		952.060,69	791.019,57
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		87.046.520,42	82.668.407,72
Aposentadorias e Reformas		67.871.033,51	65.111.993,16
Pensões		18.993.604,28	17.375.573,13
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		181.882,63	180.841,43
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		12.165.965,04	12.450.593,51
Uso de Material de Consumo		185.781,04	53.379,45
Serviços		10.178.344,93	10.533.991,04
Depreciação, Amortização e Exaustão		1.801.839,07	1.863.223,02
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		1.231.555,90	402.683,55
Juros e Encargos de Mora		3.144,27	867,91
Descontos Financeiros Concedidos		1.228.411,63	401.815,64
Transferências e Delegações Concedidas		240.738.878,74	227.476.393,78
Transferências Intragovernamentais		238.384.340,96	225.215.207,26
Transferências ao Exterior		321.730,90	260.908,43
Outras Transferências e Delegações Concedidas		2032806,88	2.000.278,09
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		32.705.208,78	39.770.555,50
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		32.641.314,87	39.730.954,25
Desincorporação de Ativos		63.893,91	39.601,25
Tributárias		450.358,99	418.668,53
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		121.618,53	70.452,79
Contribuições		328.740,46	348.215,74
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		22.304,99	16.316,03
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		22.304,99	16.316,03
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	12	-18.894.127,84	91.121.125,09

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		196.856.533,00	196.856.533,00	194.998.796,56	-1.857.736,44
Receitas Tributárias		159.126.250,00	159.126.250,00	156.532.006,31	-2.594.243,69
Taxas		159.126.250,00	159.126.250,00	156.532.006,31	-2.594.243,69
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Receita Patrimonial		31.933.278,00	31.933.278,00	31.162.622,21	-770.655,79
Exploração do Patrimônio Imobiliário		781.812,00	781.812,00	768.722,68	-13.089,32
Valores Mobiliários		31.151.466,00	31.151.466,00	30.372.447,40	-779.018,60
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	21.452,13	21.452,13
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		27.736,00	27.736,00	14.563,95	-13.172,05
Serviços e Atividades Financeiras		27.736,00	27.736,00	14.563,95	-13.172,05
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		5.769.269,00	5.769.269,00	7.289.604,09	1.520.335,09
Multas Administrativas e Outras		5.738.197,00	5.738.197,00	7.258.709,85	1.520.512,85
Demais Receitas Correntes		31.072,00	31.072,00	30.894,24	-177,76
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	1.081.498,12	1.081.498,12
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	1.081.498,12	1.081.498,12
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EX.ANT.		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		196.856.533,00	196.856.533,00	196.080.294,68	-776.238,32
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		196.856.533,00	196.856.533,00	196.080.294,68	-776.238,32
DEFICIT	13	-	-	35.900.657,88	35.900.657,88
TOTAL		196.856.533,00	196.856.533,00	231.980.952,56	35.124.419,56
DET.DOS AJUSTES NA PREV.ATUALIZADA		-	-	-	-
Cred.Adicionais - Superávit Financeiro		-	-	-	-
Cred.Adicionais - Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos		-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		235.042.107,00	243.957.208,00	229.830.880,51	227.873.965,49	214.097.781,00	14.126.327,49
Pessoal e Encargos Sociais		213.743.812,00	222.830.845,00	214.781.776,42	214.141.089,41	200.684.848,85	8.049.068,58
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		21.298.295,00	21.126.363,00	15.049.104,09	13.732.876,08	13.412.932,15	6.077.258,91
DESPESAS DE CAPITAL		7.720.560,00	8.020.560,00	2.150.072,05	1.878.476,01	1.878.476,01	5.870.487,95
Investimentos		2.050.560,00	2.350.560,00	1.229.782,45	958.186,41	958.186,41	1.120.777,55
Inversões Financeiras		5.670.000,00	5.670.000,00	920.289,60	920.289,60	920.289,60	4.749.710,40
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	15	242.762.667,00	251.977.768,00	231.980.952,56	229.752.441,50	215.976.257,01	19.996.815,44
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFIN.		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		242.762.667,00	251.977.768,00	231.980.952,56	229.752.441,50	215.976.257,01	19.996.815,44
TOTAL		242.762.667,00	251.977.768,00	231.980.952,56	229.752.441,50	215.976.257,01	19.996.815,44

Anexos - Execução de Restos a Pagar

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/DEZ DO EXERC.ANT.	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	285.432,21	3.385.729,45	1.592.215,48	1.592.215,48	1.682.028,42	396.917,76
Pessoal e Encargos Sociais	30.422,32	476.990,73	235.862,18	235.862,18	92.048,58	179.502,29
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	255.009,89	2.908.738,72	1.356.353,30	1.356.353,30	1.589.979,84	217.415,47
DESPESAS DE CAPITAL	142.645,78	1.200.532,57	463.814,01	463.814,01	879.364,34	-
Investimentos	142.645,78	1.200.532,57	463.814,01	463.814,01	879.364,34	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	428.077,99	4.586.262,02	2.056.029,49	2.056.029,49	2.561.392,76	396.917,76

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/DEZ DO EXERC.ANT.	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	13.532.494,76	13.532.494,76	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	13.168.341,89	13.168.341,89	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	364.152,87	364.152,87	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	13.532.494,76	13.532.494,76	-	-

Balanço Financeiro

INGRESSOS	NE	2019	2018
Receitas Orçamentárias	14	196.080.294,68	188.273.195,41
Ordinárias		-	246,31
Vinculadas		198.716.800,45	189.652.330,46
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		198.716.800,45	189.652.330,46
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-2.636.505,77	-1.379.381,36
Transferências Financeiras Recebidas	14	210.846.950,50	213.894.119,61
Resultantes da Execução Orçamentária		209.152.487,09	211.738.832,60
Repasse Recebido		209.152.487,09	211.738.832,60
Independentes da Execução Orçamentária		1.694.463,41	2.155.287,01
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		284,42	14.289,60
Demais Transferências Recebidas		177.055,62	842.889,88
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.517.123,37	1.298.107,53
Recebimentos Extraorçamentários	14	83.710.763,93	83.840.514,06
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		13.776.184,49	13532494,76
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		2.228.511,06	4.586.262,02
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		441.162,85	520.431,90
Outros Recebimentos Extraorçamentários		67.264.905,53	65.201.325,38
Arrecadação de Outra Unidade		67.264.905,53	65.159.644,70
Demais Recebimentos			41.680,68
Saldo do Exercício Anterior		383.816.807,76	351.168.867,47
Caixa e Equivalentes de Caixa		383.816.807,76	351.168.867,47
TOTAL		874.454.816,87	837.176.696,55
DISPÊNDIOS		2019	2018
Despesas Orçamentárias	14	231.980.952,56	225.639.086,23
Ordinárias		13.689.539,64	1.253.819,47
Vinculadas		218.291.412,92	224.385.266,76
Previdência Social (RPPS)		40.644.287,00	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		177.647.125,92	224.385.266,76
Transferências Financeiras Concedidas	14	238.378.823,06	225.215.207,26
Resultantes da Execução Orçamentária		5.745.130,91	4.022.351,85
Repasse Concedido		3.853.681,52	4.022.351,85
Repasse Devolvido		1.891.449,39	
Independentes da Execução Orçamentária		232.633.692,15	221.192.855,41
Movimento de Saldos Patrimoniais		232.633.691,95	221.192.855,41
Pagamentos Extraorçamentários	14	16.035.205,00	2.505.595,30
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		13.532.494,76	-
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		2.056.029,49	1.985.163,40
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		441.162,85	520.431,90
Outros Pagamentos Extraorçamentários		5.517,90	-
Demais Pagamentos		5.517,90	
Saldo para o Exercício Seguinte		388.059.836,25	383.816.807,76
Caixa e Equivalentes de Caixa		388.059.836,25	383.816.807,76
TOTAL		874.454.816,87	837.176.696,55

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	NE	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		5.503.394,39	35.341.557,02
INGRESSOS		473.551.815,44	467.889.072,30
Receitas Derivadas e Originárias		194.998.796,56	188.273.195,41
Receita Tributária		156.532.006,31	151.870.108,60
Receita Patrimonial		790.174,81	2.171.674,16
Receita de Serviços		14.563,95	12.188,70
Remuneração das Disponibilidades		30.372.447,40	31.846.979,64
Outras Receitas Derivadas e Originárias		7.289.604,09	2.372.244,31
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos Operacionais		278.553.018,88	279.615.876,89
Ingressos Extraorçamentários		441.162,85	520.431,90
Transferências Financeiras Recebidas		210.846.950,50	213.894.119,61
Arrecadação de Outra Unidade		67.264.905,53	65.159.644,70
Demais Recebimentos			41.680,68
DESEMBOLSOS		-468.048.421,05	-432.547.515,28
Pessoal e Demais Despesas		-211.897.922,74	-188.115.178,12
Administração		-125.873.400,27	-112.754.738,45
Previdência Social		-85.686.395,07	-75.229.651,67
Educação		-24.152,70	-
Encargos Especiais		-313.974,70	-130.788,00
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-17.324.994,50	-18.696.698,00
Intragovernamentais		-17.003.263,60	-18.435.789,57
Outras Transferências Concedidas		-321.730,90	-260.908,43
Outros Desembolsos Operacionais		-238.825.503,81	-225.735.639,16
Dispêndios Extraorçamentários		-441.162,85	-520.431,90
Transferências Financeiras Concedidas		-238.378.823,06	-225.215.207,26
Demais Pagamentos		-5.517,90	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-1.260.365,90	-2.693.616,73
INGRESSOS		1.081.498,12	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Emp./Finan.Concedidos		1.081.498,12	-
DESEMBOLSOS		-2.341.864,02	-2.693.616,73
Aquisição de Ativo Não Circulante		-414.715,78	-15.016,95
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-920.289,60	-2.016.465,60
Outros Desembolsos de Investimentos		-1.006.858,64	-662.134,18
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15	4.243.028,49	32.647.940,29
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		383.816.807,76	351.168.867,47
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		388.059.836,25	383.816.807,76

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	NE	Pat. Social / Capital Social	AFAC	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial – 31/12/2018			-	-	-	-	-	476.330.714,45	-	476.330.714,45
Variação Cambial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	16	-	-	-	-	-	-	172.590,54	-	172.590,54
Aumento/Redução de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	-	-18.894.127,84	-	(18.894.127,84)
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final – 30/09/2019								457.609.177,15		457.609.177,15

Notas Explicativas

1 – Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis da SUSEP são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986, exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

2 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da SUSEP, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Não há saldos em moeda estrangeira.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

Não houve registro de Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo no período em análise.

Estoques

Compreendem os bens em almoxarifado, na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há também a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante utilização das contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) dívida ativa, (ii) empréstimos e financiamentos concedidos e (iii) investimentos temporários. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Ajuste para perdas da dívida ativa

Os créditos sob supervisão da Procuradoria Federal junto à SUSEP (PF-SUSEP) são atualizados por meio de relatório mensal extraído de sistema sob a responsabilidade da PF-SUSEP. Utilizamos como Metodologia de Cálculo da Provisão para perdas da dívida ativa o histórico de recebimentos de crédito, onde a determinação do cálculo é que se encontre a média ponderada das receitas dos três últimos exercícios dividido pela média ponderada do estoque de dívida dos três últimos exercícios.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da SUSEP é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da SUSEP são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para SUSEP e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a SUSEP, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da SUSEP segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da SUSEP.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da SUSEP, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3 – Caixa e Equivalente de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda depositados na conta única no Banco Central do Brasil.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Contas	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Conta Única – Tesouro Nacional	388.059.836,25	383.816.807,76	1,11
Total	388.059.836,25	383.816.807,76	1,11

Fonte: SIAFI.

4 – Créditos a Curto Prazo

Os Créditos a Curto Prazo estão distribuídos conforme tabela apresentada a seguir:

Tabela 2 – Créditos a Curto Prazo

Contas	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Créditos Tributários a Receber	978.126,04	1.376.712,45	-28,95
Total	978.126,04	1.376.712,45	-28,95

Fonte: SIAFI.

Os Créditos Tributários a Receber são aqueles referentes ao registro das Taxas de Fiscalização a receber do mercado segurador. Este registro começou a ser feito apenas no segundo trimestre de 2018.

5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os demais créditos a receber estão distribuídos da seguinte forma:

Tabela 3 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Contas	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Adiantamentos Concedidos	312.258,96	251.553,79	24,13
Créditos a Receber Decorrente de Infrações	32.332.918,91	74.803.000,73	-56,78
Remuneração da Conta Única a Receber	590.392,54	-	-
Total	33.235.570,41	75.054.554,52	-55,72

Fonte: SIAFI.

Adiantamentos Concedidos são os referentes a Adiantamentos em folha de pagamento de Pessoal.

Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo são, por sua vez, aqueles que se referem a Créditos a Receber Decorrentes de Multas Administrativas.

Esta variação ocorreu devido à adoção de um novo critério para o envio dessas informações para registro na contabilidade, explicado em detalhes no item 12.

6 – Estoques

Tabela 4 – Estoques

Contas	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Estoques	32.897,15	176.453,31	IB3

Fonte: SIAFI.

Em 2019 foi realizado pela área responsável inventário de estoques, justificando a variação apresentada.

7 – Créditos a Longo Prazo

Os Créditos a Longo Prazo estão constituídos conforme informações na tabela a seguir:

Tabela 5 – Créditos a Longo Prazo

Contas	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Empréstimos e Financiamentos concedidos	79.774.031,95	77.051.651,94	3,53
Dívida Ativa Tributária	11.803.891,81	11.578.344,78	1,95
Dívida Ativa Não Tributária	1.574.436.996,58	1.547.707.299,86	1,73
Subtotal	1.666.014.920,34	1.636.337.296,58	1,81
Ajustes para Perdas Créditos LP	-1.661.346.167,56	-1.628.863.252,69	1,99
Total	4.668.752,78	7.474.043,89	-37,53

Fonte: SIAFI.

Empréstimos e Financiamentos concedidos

Os Empréstimos e Financiamentos Concedidos correspondem aos valores emprestados às entidades supervisionadas em regime de liquidação, atualizados, mensalmente, pela Coordenação de Arrecadação e Finanças da SUSEP, utilizando-se o IPCA15 como índice de atualização, conforme IN SUSEP Nº 93, de 21 de dezembro de 2018.

Tabela 6 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos

LIQUIDANDAS	PLANILHA	PRINCIPAL	CORREÇÃO	TOTAL
AJAX CIA. NACIONAL DE SEGUROS	AJAX	4.414.535,48	165.224,80	4.579.760,28
ALIANÇA RIOGRANDENSE	ALIANÇA	879,83	32,93	912,76
AVS SEGURADORA S/A	AVS	6.515.065,35	239.004,95	6.754.070,30
CIA. ÂNCORA DE SEGUROS GERAIS	ANCORA	1.616.001,25	60.482,81	1.676.484,06
CASTELO COSTA CIA. DE SEGUROS	CASTELO	1.485.524,49	55.599,39	1.541.123,88
CARIOCA SEGURADORA S.A.	CARIOCA	1.796.342,72	67.232,53	1.863.575,25
CIA.INTERNACIONAL DE SEGUROS	INTERNACIONAL	1.944.567,17	72.780,19	2.017.347,36
COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS	MUTUAL	221.377,40	32.370,03	253.747,43
CIA. DE SEGUROS CRUZEIRO DO SUL	CRUZEIRO	3.765.781,19	140.943,59	3.906.724,78
EDEL SEGURADORA	EDEL	3.058.824,76	114.484,01	3.173.308,77
MONTEPIO DA FAMÍLIA MILITAR	MONTEPIO	2.110.067,95	78.974,46	2.189.042,41
PATRIMONIAL DE SEGUROS GERAIS	PATRIMONIAL	9.357.623,79	350.231,99	9.707.855,78
PLANALTO CIA. DE SEGUROS GERAIS	PLANALTO	2.458.007,91	91.996,97	2.550.004,88
EMPRESARIAL DE PREVIDENCIA PRIVADA	EMPRESARIAL	2.341.633,32	87.641,36	2.429.274,68
PREVBRAS SOC. NACIONAL DE PREVIDÊNCIA	PREVBRAS	5.353.210,57	199.083,36	5.552.293,93
SEGURANÇA IND. CIA. NAC. DE SEGUROS	SEGURANÇA IND.	1.633.891,67	61.152,40	1.695.044,07
NOVA YORK CIA. DE SEGUROS	NOVA YORK	10.393.255,70	376.878,96	10.770.134,66
SEGURANÇA CIA. DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA	SEGURANÇA CIA	436.736,20	16.345,92	453.082,12
CIA. DE SEGUROS MONARCA	MONARCA	1.450.355,97	54.283,13	1.504.639,10
PREFERENCIA CIA. DE SEGUROS	PREFERENCIA	2.073.465,99	77.604,54	2.151.070,53
SDB COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	SDB	1.080.932,77	40.456,56	1.121.389,33
SULINA SEGURADORA S/A	SULINA	2.750.024,69	102.926,41	2.852.951,10
SÃO PAULO CIA. NACIONAL DE SEGUROS	SÃO PAULO	7.437.323,37	278.360,05	7.715.683,42
FEZ PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	FEZ	216.367,22	8.098,07	224.465,29
GNPP PROVIDA SEGURADORA	GNPP	2.978.565,66	111.480,12	3.090.045,78
TOTAL GERAL		76.890.362,42	2.883.669,53	79.774.031,95

Fonte: Divisão de Financeira da SUSEP (DIFIN).

Dívida Ativa

Em Dívida Ativa Tributária são registrados os valores a receber referentes às taxas de fiscalização cobradas das entidades supervisionadas na esfera judicial, enquanto que na Dívida Ativa Não-Tributária registram-se os valores a receber referentes às multas cobradas das entidades supervisionadas, aos empréstimos a entidades supervisionadas em regime de liquidação e aos ressarcimentos ao erário, todos na esfera judicial.

Os valores nessas contas são atualizados, mensalmente, pela aplicação da taxa SELIC correspondente, tendo por base os relatórios recebidos da Procuradoria Federal da SUSEP.

Evidenciamos que existe limitação no sistema de dívida ativa da SUSEP, que atualmente não se comunica com o sistema de arrecadação da SUSEP e, tampouco, com o controle dos créditos a receber dos recursos emprestados às seguradoras em regime de liquidação, possibilitando, portanto, a existência de saldos duplicados e outros problemas.

Tabela 7 – Dívida Ativa

Contas	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Dívida Ativa Tributária	11.803.891,81	11.578.344,78	1,95
Juros e Multas da Taxa de Fiscalização	7.987.529,15	7.761.982,12	2,91
Valor Originário da Taxa de Fiscalização	3.816.362,66	3.816.362,66	0,00
Dívida Ativa Não Tributária	1.574.436.996,58	1.547.707.299,86	1,73
Juros e Multas do Empréstimo às Massas	14.246.869,61	13.784.297,72	3,36
Valor Originário do Empréstimo às Massas	7.826.935,46	7.826.935,46	0,00
Juros e Multas da Multa Pecuniária	977.970.286,25	948.989.165,53	3,05
Valor Originário da Multa Pecuniária	573.924.922,86	576.656.652,32	-0,47
Juros e Multas do Ressarcimento ao Erário	167.922,10	150.188,53	11,81
Valor Originário do Ressarcimento ao Erário	300.060,30	300.060,30	0,00
Total	1.586.240.888,39	1.559.285.644,64	1,73

Fonte: Tesouro Gerencial

Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo

A conta de Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo contempla os valores, atualizados anualmente, dos Ajustes para Perdas em Empréstimos, em Dívida Ativa Tributária e em Dívida Ativa Não Tributária.

A metodologia de cálculo da Provisão para Perda com Dívida Ativa Tributária, Não Tributária e Empréstimos Concedidos a Longo Prazo tem por base o histórico de receitas da autarquia. Consiste em apurar a média ponderada das receitas dos três últimos exercícios dividida pela média ponderada do estoque de dívida dos três últimos exercícios.

8 – Imobilizado

O Imobilizado da SUSEP está segregado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis.

Tabela 8 – Imobilizado

Contas	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Bens Móveis	15.130.317,95	14.752.054,25	2,56
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum.	-6.334.591,59	-5.465.966,66	15,89
Bens Imóveis	48.840.670,62	15.269.675,04	219,85
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum.	-3.721.228,53	-2.887.942,27	28,85
Total	53.915.168,45	21.667.820,36	148,83

Fonte: SIAFI.

Bens Móveis

Os Bens Móveis da SUSEP estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 9 – Bens Móveis

Contas	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	1.007.850,47	997.164,10	1,07
Bens de Informática	10.207.634,04	9.875.282,53	3,37
Móveis e Utensílios	3.534.038,01	3.599.571,01	-1,82
Material Cultural e de Comunicação	205.162,20	200.635,45	2,26
Veículos	3.445,00	3.445,00	0,00
Demais Bens Móveis	172.188,23	75.956,16	126,69
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	-6.334.591,59	-5.465.966,66	15,89
Total	8.795.726,36	9.286.087,59	-5,28

Fonte: SIAFI.

Ressaltamos que atualmente ocorre diferença do registro de bens móveis no SIAFI em comparação do que é registrado no sistema de controle de bens móveis da SUSEP, devido a limitações no atual sistema de controle que não permite a extração de relatórios de baixas de bens por grupos, ressaltamos que já foi iniciado o processo de contratação do sistema SIADS onde será realizado um novo inventário para compatibilização de saldos com o SIAFI.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da SUSEP estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 10 – Bens Imóveis

Contas	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Bens de Uso Especial	48.840.670,62	15.206.199,24	221,19
Instalações	0	0	0
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	0	63.475,80	-100,00
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	-3.721.228,53	-2.887.942,27	28,85
Total	45.119.442,09	12.381.732,77	264,40

Fonte: SIAFI.

A variação apurada nos bens de uso especial é devida às reavaliações dos imóveis da autarquia neste período.

9 – Intangível

O Ativo Intangível da SUSEP é composto apenas por softwares, classificados atualmente em “vida útil indefinida”, conforme consulta interna ao Setor de Tecnologia da Informação da autarquia.

Tabela 4 – Intangível

Contas	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Software – Vida Útil Indefinida	3.931.943,39	2.924.658,75	34,44
Total	3.931.943,39	2.924.658,75	34,44

Fonte: SIAFI.

10 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Tabela 5 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Contas	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Ajustes de Exercícios Anteriores	172.590,54	-154.126,84	IB3

Fonte: SIAFI.

O valor apresentado nas demonstrações refere-se ao registro de precatórios pelo poder judiciário no corrente ano.

11 – Variações Patrimoniais Aumentativas

Tabela 6 – Exploração de Bens, Direitos e Prest. Serviços

Contas	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Exploração de Bens, Direitos e Prest. Serviços	790.174,81	2.171.674,16	-63,61

Fonte: SIAFI.

A variação apurada na arrecadação desta receita é devida a não ocorrência em 2019 de alienações de bens de supervisionadas em Liquidação Extrajudicial.

12 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para SUSEP e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a SUSEP, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	NE	2019	2018	VARIAÇÕES (em milhares)	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		498.284.271,05	585.912.915,94	-87.628,64	79,7%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		223.317.971,16	218.066.298,12	5.251,67	-4,8%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		790.174,81	2.171.674,16	-1.381,50	1,3%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		33.862.511,49	36.527.715,81	-2.665,20	2,4%
Transferências e Delegações Recebidas		212.879.757,38	215.936.078,38	-3.056,32	2,8%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		34.287.949,45	9.922,91	34.278,03	-31,2%
Reavaliação de Ativos	01	33.792.871,38	2.259,59	33.790,61	-30,7%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-6.854.093,24	113.201.226,56	-120.055,32	109,1%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	02	-6.854.093,24	113.201.226,56	-120.055,32	109,1%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		517.178.398,89	494.791.790,85	-22.386,61	20,3%
Pessoal e Encargos	03	142.817.606,03	131.588.172,23	-11.229,43	10,2%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		87.046.520,42	82.668.407,72	-4.378,11	4,0%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		12.165.965,04	12.450.593,51	284,63	-0,3%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		1.231.555,90	402.683,55	-828,87	0,8%
Transferências e Delegações Concedidas		240.738.878,74	227.476.393,78	-13.262,48	12,1%
Transferências Intragovernamentais	04	238.384.340,96	225.215.207,26	-13.169,13	12,0%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		32.705.208,78	39.770.555,50	7.065,35	-6,4%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	05	32.641.314,87	39.730.954,25	7.089,64	-6,4%
Tributárias		450.358,99	418.668,53	-31,69	0,0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		22.304,99	16.316,03	-5,99	0,0%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		-18.894.127,84	91.121.125,09	-110.015,25	-120,7%

O resultado patrimonial apurado no exercício de 2019 foi deficitário em R\$18,9 milhões, o que representa uma variação de -120,74% em relação ao mesmo período do ano anterior, no qual o resultado foi superavitário no valor de R\$91,1 milhões. Vários fatores contribuíram para este resultado, sendo que aqueles significativos foram destacados abaixo.

Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas de 2019, em comparação com 2018, foram menores em **87,6 milhões**, correspondente a **79,7% da variação total** entre os dois exercícios, que foi de -110,0 milhões. Percebe-se que, basicamente, 2 grupos contribuíram para tal variação:

01. Reavaliações de Ativos

A reavaliação de ativos contribuiu positivamente para o resultado do exercício na medida em que registrou 33,7 milhões em receitas no exercício de 2019 contra 0,2 milhão de 2018, ou seja, 33,7 milhões a mais, em virtude de terem sido feitas em 2019 reavaliações a preço de mercado em 30% dos imóveis da Autarquia.

02. Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

A variação apurada neste grupo correspondeu a 120,0 milhões negativos, passando de 113,2 milhões em 2018 para negativos 6,8 milhões em 2019, o que mostra claramente que **ele foi o grupo que mais impactou o resultado apurado no exercício**.

Dentro do referido grupo, as contas com variações mais significativas, representantes 99,9% dos 120,0 milhões negativos apurados, foram as seguintes:

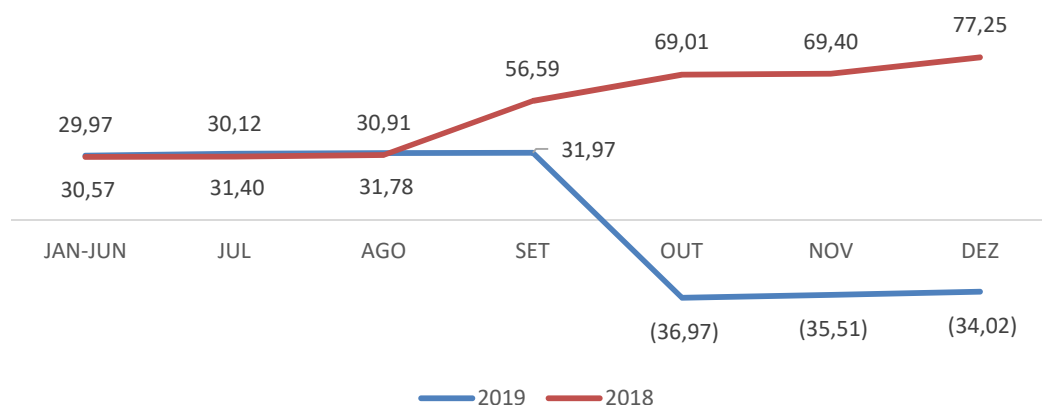
DETALHAMENTO DO GRUPO	2019	2018	VARIAÇÕES (em milhares)
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-6.854.093,24	113.201.226,56	-120.055,32
...	436.852,74	528.035,58	-91,18 0,1%
4.9.9.5.1.01.00 MULTAS ADMINISTRATIVAS	-34.020.642,70	77.251.180,01	-111.271,82 99,9%
4.9.9.9.1.06.03 DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	26.729.696,72	35.422.010,97	-8.692,31

Nota-se do quadro acima que a diferença entre os saldos nas contas de resultado de Multas Administrativas foi de negativos 111,2 milhões, enquanto que a diferença relativa à conta de Dívida Ativa Não Tributária foi de negativos 8,6 milhões e, no que diz respeito a esta última, a variação é explicada pelo simples fato de ter havido menor quantidade de inscrições em dívida ativa em 2019.

Por sua vez, no tocante às **multas administrativas**, é importante destacar que essa variação de 111,2 milhões ocorreu basicamente devido à adoção, pela área responsável por tais informações – Coordenação de Arrecadação e Finanças da SUSEP - CORAF, de um novo critério de apuração das multas a receber, tendo em vista que havia sido identificado pela contabilidade (e enviado à auditoria na mesma data) possíveis inconsistências nos registros que vinham sendo informados.

Em síntese, e após análise detalhada do comportamento do saldo da conta em questão (4.9.9.5.1.01.00 - Multas Administrativas) durante o exercício de 2019, observou-se que, de janeiro a junho, o reconhecimento de receitas foi muito próximo ao de 2018 no mesmo período. A partir de junho, no entanto, mais precisamente de setembro em diante, é que começa a se ficar evidente a variação acima mencionada, pois foi a partir daí que houve a mudança na forma de obtenção das informações pela CORAF.

Evolução do Saldo da Conta de Receitas de Multas



Evidencia-se, do gráfico acima, que o saldo, a partir de outubro, ficou invertido devido ao ajuste necessário de forma a adequá-lo às novas informações obtidas, o que ocasionou uma **redução de 69,5 milhões na receita de multas administrativas**. Além disso, como os registros do ano anterior tiveram por base o antigo critério, de setembro a dezembro de 2018, os reconhecimentos acabaram por ficar **supervalorizados**, considerando-se que havia

inconsistências até então. O resultado disso foi que houve um reconhecimento de receitas na ordem de 45,7 milhões neste período de 2018 contra apenas 412 mil no mesmo período de 2019 (variação de -45,2 milhões).

Evolução da Conta de Receita de Multas Administrativas

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	
2019	Saldo Inicial	-	12.120.774,71	15.864.567,31	24.465.923,98	32.970.389,02	37.983.065,61
	Arrecadações (RA)	155.342,38	694.704,99	1.094.955,03	673.495,30	792.687,50	450.930,90
	Rec. Receita (NS)	11.965.432,33	3.049.087,61	7.506.401,64	7.830.969,74	4.219.989,09	- 7.859.136,31
	Saldo Final	12.120.774,71	15.864.567,31	24.465.923,98	32.970.389,02	37.983.065,61	30.574.860,20
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAIS
	Saldo Inicial	30.574.860,20	31.399.994,10	31.777.754,87	31.965.150,13	- 36.971.423,13	- 35.509.559,19
	Arrecadações (RA)	825.133,90	377.760,77	187.395,26	658.552,56	696.181,65	1.842.298,88
	Rec. Receita (NS)	-	-	-	- 69.595.125,82	765.682,29	- 353.382,39
	Saldo Final	31.399.994,10	31.777.754,87	31.965.150,13	- 36.971.423,13	- 35.509.559,19	- 34.020.642,70
2018	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	
	Saldo Inicial	-	495.355,47	594.104,85	17.484.765,73	17.463.414,53	50.425.162,16
	Arrecadações (RA)	495.355,47	98.749,38	87.554,66	- 21.351,20	185.016,12	37.224,34
	Rec. Receita (NS)	-	-	16.803.106,22	-	32.776.731,51	- 20.493.971,79
	Saldo Final	495.355,47	594.104,85	17.484.765,73	17.463.414,53	50.425.162,16	29.968.414,71
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAIS
	Saldo Inicial	29.968.414,71	30.121.986,93	30.911.997,40	56.586.508,06	69.011.514,51	69.399.337,72
	Arrecadações (RA)	153.572,22	790.010,47	- 175.727,68	252.369,25	346.029,29	211.164,23
	Rec. Receita (NS)	-	-	25.850.238,34	12.172.637,20	41.793,92	7.640.678,06
	Saldo Final	30.121.986,93	30.911.997,40	56.586.508,06	69.011.514,51	69.399.337,72	77.251.180,01

O reconhecimento de receitas é feito mensalmente com base no comparativo do saldo da conta patrimonial 1.1.3.8.1.07.00 - Créditos a Receber Decorrentes de Infrações ("Multas a Receber") e da informação fornecida pela CORAF.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Contas	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Adiantamentos Concedidos	312.258,96	251.553,79	24,13
Créditos a Receber Decorrente de Infrações	32.332.918,91	74.803.000,73	-56,78
Remuneração da Conta Única a Receber	590.392,54	-	-
Total	33.235.570,41	75.054.554,52	-55,72

Até o mês de setembro de 2019, as informações eram contabilizadas a partir de relatórios extraídas pela CORAF do Sistema de Arrecadação da Susep (SIAS), contemplando todas as GRU's referentes a multas pecuniárias não canceladas e não pagas a partir de 01/01/2018. Além de inconsistências na base de dados do relatório (a maioria decorrente de GRU's em duplicidade), eram contabilizados diversos créditos de multas ainda não definitivamente constituídas, cujos processos ainda se encontravam em fase recursal ou aguardando apreciação de recursos.

Nesse contexto, a partir de outubro de 2019, passou a CORAF a utilizar, como fonte de informação, uma planilha de controle interno alimentada por eles próprios, contemplando apenas os processos de cobrança de multas em estoque naquela Unidade, fato que

acarretou na significativa diminuição dos valores contabilizados e consequente realização de ajuste na conta de resultado patrimonial.

Não obstante a busca pela prestação de informações mais próximas à realidade da Susep, cabe ressaltar que, uma vez implementado o módulo do Sistema de Penalidades (SISPEN), será possível a determinação de valores fidedignos, o que, possivelmente, resultará em um aumento do resultado patrimonial do exercício.

Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

As variações patrimoniais diminutivas de 2019, em comparação com 2018, foram maiores em 22 milhões, o que impactou negativamente (aumento de despesas) o resultado e representou 20,3% da variação total entre os exercícios. Em suma, 3 grupos foram os responsáveis por tal variação:

03. Pessoal e Benefícios previdenciários

A conta Pessoal e Benefícios previdenciários registra o total gasto com as despesas obrigatórias da Autarquia, sendo que a variação apurada entre os exercícios foi decorrente dos reajustes salariais e das aposentadorias ocorridas em 2019.

04. Transferências Intragovernamentais

A conta Transferências Intragovernamentais registra o repasse do total arrecadado pela SUSEP para a conta única da União. A variação nesta conta se justifica pelo aumento da arrecadação em 2019, que, por consequência, acarretou em um aumento do valor repassado à União.

05. Ajuste para Perdas

DETALHAMENTO DO GRUPO	2019	2018	VARIACÕES (em milhares)	
Reaval., Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	32.482.914,87	39.730.954,25	7.248,04	
...	225.553,78	172.951,50	-52,60	-0,7%
3.6.1.7.1.04.00 AJ.P/ PERDAS EM EMPREST. E FINANC.	5.431.117,46	889.230,52	-4.541,89	
3.6.1.7.1.06.00 AJUSTE PARA PERDAS EM DÍVIDA ATIVA	26.826.243,63	38.668.772,23	11.842,53	100,7%

A conta Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/Perdas registra o total do Ajuste para Perdas dos Créditos a Receber de Empréstimos a Liquidandas e de Dívida Ativa. É utilizada como metodologia a **média ponderada das receitas** dos três últimos exercícios dividida pela **média ponderada do estoque** de dívida dos três últimos exercícios.

A variação apresentada na conta de Ajustes para Perdas em Empréstimos e Financiamentos ocorreu devido basicamente ao relevante aumento nos estoques de empréstimos, o que, por consequência, gerou um ajuste superior ao do exercício anterior. Por sua vez, no que tange ao ajuste na conta de Perdas em Dívida Ativa, a situação foi

diversa, pois o estoque praticamente permaneceu o mesmo, o que ocasionou um ajuste menor que o de 2018.

13 – Receitas Correntes

Tabela 7 – Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais

Contas	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	7.258.709,85	2.063.637,24	251,74

Fonte: SIAFI.

Com relação as receitas constantes no Balanço Orçamentário, informamos que houve um aumento significativo na arrecadação de Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais em 2019 conforme demonstrado no quadro acima.

14 – Receitas de Capital

Tabela 8 – Amortização de Empréstimos

Contas	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Amortização de Empréstimos	1.081.498,12	0	-

Fonte: SIAFI.

Em 2019 ocorreu apuração de receita com amortização de empréstimo efetuado a Companhia Mutual de Seguros, sendo que desde de 2016 a SUSEP não vinha recebendo amortizações de empréstimos.

15 – Despesas de Capital

Tabela 9 – Despesas de Capital

Contas	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Investimentos	958.186,41	280.686,96	241,36
Inversões Financeiras	920.289,60	2.016.465,60	-54,36

Fonte: SIAFI.

Com relação as despesas constantes no Balanço Orçamentário chamamos a atenção para as despesas de capital que registraram em Investimentos um aumento significativo devido a gastos com Tecnologia de Informação TI e registraram em Inversões Financeiras uma queda significativa devido a diminuição de liberação de recursos de empréstimos as seguradoras em regime de liquidação.

16 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

De acordo com o art. 58 dessa Lei, empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

Assim, no exercício de 2019, as receitas orçamentárias arrecadadas da Autarquia perfizeram o montante de R\$196,1 milhões, o que representa uma realização de 99,61% do total previsto para o exercício. No que tange às despesas orçamentárias, o percentual das despesas empenhadas, em relação à dotação atualizada do orçamento, atingiu 92,06%. Cabe ressaltar que os valores arrecadados com Taxa de Fiscalização registrados no SIAFI sofreram um abatimento de 30%, referente a Emenda Constitucional 93/2016 que trata da desvinculação de Receitas da União, sendo que na verdade o total arrecadado em 2019 correspondeu a R\$ 263,3 milhões de reais. De acordo com informações extraídas do Balanço Orçamentário, o empenho de despesas representou 92,06% da dotação atualizada para o exercício, enquanto a realização de receitas no período em análise alcançou 99,61% da previsão atualizada de arrecadação.

Receitas

As receitas realizadas em 2019 atingiram os seguintes estágios de execução:

Tabela 10 – Receitas Realizadas

Contas	Previsto	Realizado	AH (%)
Receitas Correntes	196.856.533,00	194.998.796,56	99,06
Receitas Tributárias	159.126.250,00	156.532.006,31	98,37
Receita Patrimonial	31.933.278,00	31.162.622,21	97,59
Receitas de Serviços	27.736,00	14.563,95	52,51
Outras Receitas Correntes	5.769.269,00	7.289.604,09	126,35
Receitas de Capital	0,00	1.081.498,12	-
Total	196.856.533,00	196.080.294,68	99,61

Fonte: SIAFI.

Despesas

As despesas executadas, por outro lado, encontram-se assim:

Tabela 11 – Despesas Empenhadas

Contas	Dotação Atual.	Empenhadas	AH (%)
Despesas Correntes	243.957.208,00	229.830.880,51	94,21
Pessoal e Encargos Sociais	222.830.845,00	214.781.776,42	96,39
Juros e Encargos da Dívida	0	0	-
Outras Despesas Correntes	21.126.363,00	15.049.104,09	71,23
Despesas de Capital	8.020.560,00	2.150.072,05	26,81
Total	251.977.768,00	231.980.952,56	92,06

Fonte: SIAFI.

17 – Resultado Financeiro

O resultado financeiro apurado foi superavitário em R\$4,2 milhões, e sua formação é detalhada na tabela apresentada na sequência, comparando-o ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela 20 – Resultado Financeiro

Contas	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Receitas Orçamentárias	196.080.294,68	188.273.195,41	4,15
Despesas Orçamentárias	-231.980.952,56	-225.639.086,23	2,81
	-35.900.657,88	-37.365.890,82	-3,92
Transferências Financeiras Recebidas	210.846.950,50	213.894.119,61	-1,42
Transferências Financeiras Concedidas	-238.378.823,06	-225.215.207,26	5,84
	-27.531.872,56	-11.321.087,65	143,19
Recebimentos Extraorçamentários	83.710.763,93	83.840.514,06	-0,15
Pagamentos Extraorçamentários	-16.035.205,00	-2.505.595,30	539,98
	67.675.558,93	81.334.918,76	-16,79
Resultado Financeiro	4.243.028,49	32.647.940,29	-87,00

Fonte: SIAFI.

Do quadro acima, depreende-se que a receita orçamentária foi maior em 4,15% que a do mesmo período do exercício passado, enquanto que as despesas pagas aumentaram em 2,81%.

O resultado financeiro apresentou superávit de R\$4,2 milhões. No mesmo período do exercício anterior, o resultado havia sido de R\$32,6 milhões, uma redução de 87%. Esta variação negativa foi resultado da mudança na gestão de pagamentos pela Secretaria do Tesouro Nacional, que determinou que, a partir de 2019, toda ordem bancária gerada deve ser emitida e paga no primeiro dia útil posterior. Por consequência disto, a folha de pagamento pessoal de dezembro de 2018 foi gerada naquele ano, mas efetivamente paga em 2019, gerando essa variação financeira com impacto no exercício atual.

18 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Na SUSEP, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” é igual ao “Resultado Financeiro”.

Tabela 21 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Contas	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Atividades Operacionais	5.503.394,39	35.341.557,02	-84,43
Atividades de Investimento	-1.260.365,90	-2.693.616,73	-53,21
Atividades de Financiamento	0	0	-
Total	4.243.028,49	32.647.940,29	-87,00

Fonte: SIAFI.

O resultado apurado no período foi positivo em R\$4,2 milhões, o que representou uma diminuição de 87% em relação ao mesmo período do exercício anterior, tendo as atividades operacionais mais impacto sobre o total, tendo em vista que reduziram de positivos R\$35,3 milhões para R\$5,5 milhões, isto é, quase 85% menor.

De acordo com as informações presentes na Demonstração dos Fluxos de Caixa, ainda que os ingressos operacionais tenham sido maiores, os desembolsos neste mesmo fluxo de atividades acabaram por anular tal efeito pelo impacto no aumento das saídas de recursos em “Pessoal e Demais Despesas” e “Transferências Financeiras Concedidas”.



Demonstrações Contábeis 2019



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

VOTO ELETRÔNICO Nº 5/2020/SUPERINTENDENTE

Senhores membros do Conselho Diretor,

1. Trata o presente das **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da SUSEP do exercício de 2019**, elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 1967, do Decreto nº 93.872, de 1986, da Lei nº 10.180, de 2001 e da Lei Complementar nº 101, de 2000. As demonstrações observam, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.
2. As Demonstrações Contábeis, também denominadas “Demonstrações Financeiras”, são apresentações estruturadas da posição patrimonial e financeira em determinado período, compostas por: Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
3. Assim, no exercício de 2019, as receitas orçamentárias arrecadadas da Autarquia perfizeram o montante de R\$196,1 milhões, o que representa uma realização de 99,61% do total previsto para o exercício. No que tange às despesas orçamentárias, o percentual das despesas empenhadas, em relação à dotação atualizada do orçamento, atingiu 92,06%.
4. Cabe ressaltar que o montante arrecadado sobre Taxa de Fiscalização, registrado no SIAFI, sofreu um abatimento de 30%, tendo em vista o comando da Emenda Constitucional 93/2016 que trata da desvinculação de Receitas da União, sendo que o total arrecadado em 2019 correspondeu, na verdade, a R\$ 263,3 milhões de reais.
5. O resultado patrimonial apurado no exercício de 2019 foi deficitário em R\$18,9 milhões, apresentando variação de -120,74% em relação ao mesmo período do ano anterior, no qual o resultado foi superavitário no valor de R\$91,1 milhões. Esta variação ocorreu principalmente devido à adoção de um novo critério para o lançamento das informações de Créditos a Receber Decorrentes de Multas Administrativas registradas na contabilidade.
6. O patrimônio líquido apurado somou R\$457,6 milhões. Em comparação com o valor do exercício anterior encerrado, que foi de R\$476,3 milhões, registrou-se uma queda de 3,92%. Esta variação ocorreu com a apuração do déficit em R\$18,8 milhões no período em análise.
7. O resultado financeiro apresentou superávit de R\$4,2 milhões. No mesmo período do exercício anterior, o resultado havia sido de R\$32,6 milhões, uma redução de 87%. Esta variação negativa foi resultado da mudança na gestão de pagamentos pela Secretaria do Tesouro Nacional, que determinou que, a partir de 2019, toda ordem bancária gerada deve ser emitida e paga no primeiro dia útil posterior. Por consequência disto, a folha de pagamento pessoal de dezembro de 2018 foi gerada naquele ano, mas efetivamente paga em 2019, gerando essa variação financeira com impacto no exercício atual.
8. **VOTO:** Por todo o exposto, e considerando a competência deste Colegiado, prevista no art. 9º da Resolução nº 374, de agosto de 2019, submeto as Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas, referentes ao exercício de 2019 da Susep (0662748), à apreciação, com meu voto **favorável** a sua aprovação e posterior envio ao Tribunal de Contas da União por meio do Relatório de Gestão de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **SOLANGE PAIVA VIEIRA (MATRÍCULA 1296472)**, **Superintendente da Susep**, em 09/04/2020, às 19:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0673387** e o código CRC **1E924355**.



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

TERMO DE JULGAMENTO ELETRÔNICO Nº 48/2020/SECON/GABIN/SUPERINTENDENTE/SUSEP

O Conselho Diretor da Superintendência de Seguros Privados-Susep, em reunião ordinária eletrônica realizada em 09 de abril de 2020, considerando o VOTO ELETRÔNICO Nº 5/2020/SUPERINTENDENTE (0673387) decidiu, **por unanimidade**, aprovar as Demonstrações Financeiras da Susep do exercício de 2019.

Participaram do julgamento a Superintendente Solange Paiva Vieira e os Diretores Danilo Macedo Moura, Rafael Pereira Scherre, Vinicius Rattton Brandi e Eduardo Fraga Lima de Melo.

À AUDIT para ciência e ao DEAFI para conhecimento e prosseguimento no âmbito de suas competências.



Documento assinado eletronicamente por **MAURICIO DELGADO D'AVILA (MATRÍCULA 2152966)**, **Chefe de Serviço**, em 28/04/2020, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0684968** e o código CRC **BC9B96A8**.

Referência: Processo nº 15414.623188/2019-92

SEI nº 0684968